



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
EDITAL DE CONCURSO Nº 01/2025
SEGUNDA VERSÃO – ALTERA CRONOGRAMA

ANEXO VIII – FORMULÁRIO DE REDAÇÃO

Nome do aluno: Sebastião Braga

Escola: Escola Municipal Secretário Humberto Almeida

Série: 9º ano

INSTRUÇÕES: O texto deverá conter no mínimo 25 linhas e no máximo 30, sendo que o título da redação não será contado como linha.

“Contrato de Aprendizagem, alternativa legal.”

1. O contrato de aprendizagem é uma ótima alternativa para estimular os jovens a
2. permanecem e investirem em seu futuro sem terem que abandonar os estudos para ingressar em
3. jornadas de trabalho exaustivas, assim como encoraja o estudo, preservando os jovens de
4. ociosidade em situações de “nem-nem”. Entretanto, não é necessariamente acessível para milhares
5. jovens, como adolescentes e jovens em situação de pobreza e baixa escolaridade.
6. A grande maioria dos jovens que estão em condições de baixa IDH é de baixa renda ou
7. vem de periferias, o que aumenta a urgência da busca por emprego quando chegam em certa
8. fase da vida. Nesse ponto, é viável que trabalhem e ter uma renda fixa que permita os
9. horários de estudo e descanso e faça o jovem, encorajando-o na busca crescente por
10. melhoria e crescimento. Segundo Velloso, “o trabalho poupa-nos de três grandes males:
11. tédio, tédio e necessidade”. Portanto, torna-se evidente o papel do trabalho como
12. instrumento de dignidade e formação.
13. Apesar disso, um dos principais obstáculos enfrentados por jovens ao tentarem
14. ingressar como aprendizes está na preferência das empresas por profissionais que já
15. possuem experiência e disponibilidade de longo prazo integral. Muitos contratantes
16. desconsideram o direito formal e optam por trabalhadores que demandem menos
17. acompanhamento. Além disso, há uma distinção entre a distinção e falta de recursos
18. tecnológicos, como computador e internet para atividades de capacitação, tornando a situação ainda
19. mais desigual para jovens de baixa renda e de grupos historicamente marginalizados.
20. Para enfrentar isso, é essencial que o programa jovem aprendiz seja realizado como
21. uma alternativa legal e legítima de inclusão. Iniciativas públicas poderiam estimular as
22. empresas a contratar aprendizes vindos de comunidades periféricas e em situação de
23. vulnerabilidade social, ampliando o acesso a quem mais necessita. Nesse sentido, programas
24. de capacitação integrados em escolas públicas, somados à criação de incentivos para
25. empregadores aderirem ao programa, poderiam ampliar oportunidades. Dessa forma, o programa
26. deixa de ser visto como obrigação legal e passa a ser visto como estratégia de desenvolvimento.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.